



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA

Aprovação do curso e Autorização da oferta

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO – FIC de EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Parte 1 (solicitante)

DADOS DO CAMPUS PROPONENTE

1 Campus: Garopaba

2 Endereço/CNPJ/Telefone do campus: Rua Maria Aparecida Barbosa, nº 153

CEP: 88495-000. Bairro: Campo D'uma. Garopaba, Santa Catarina, Brasil.

CNPJ: 11.402.88710021-04

Telefone: (48) 98443700

3 Complemento:

4 Departamento:

Ensino, Pesquisa e Extensão.

5 Há parceria com outra Instituição?

Não.

6 Razão social:

7 Esfera administrativa:

8 Estado / Município:

9 Endereço / Telefone / Site:

10 Responsável:

DADOS DO RESPONSÁVEL PELO PROJETO DO CURSO

11 Nome do responsável pelo projeto:

Viegas Fernandes da Costa

12 Contatos:

047 9943-3323

Viegas.costa@ifsc.edu.br

Parte 2 (aprovação do curso)

DADOS DO CURSO

13 Nome do curso:

Formação Continuada em Educação Patrimonial

14 Eixo tecnológico:

Turismo

15 Forma de oferta:

Continuada

16 Modalidade:

Presencial

17 Carga horária total:

60 horas.

PERFIL DO CURSO

18 Justificativa do curso:

O Campus de Garopaba do Instituto Federal de Santa Catarina atende à região integrada pelos municípios de Paulo Lopes, Garopaba, Imbituba, Imaruí e Laguna. Sua localização (Bairro Campo D'una, Garopaba) e as dificuldades relacionadas ao transporte urbano, implicam em um relacionamento mais próximo com os municípios de Imbituba e Garopaba. Estes dois municípios apresentaram um forte crescimento populacional nas últimas décadas (Tabela 1), entretanto apresentam índices de desenvolvimento humano abaixo da média estadual (Tabela 2). A constatação remete a diversas questões, dentre as quais: a) o impacto do crescimento populacional na identidade local; b) a sobrevivência de atividades e modos de vida tradicionais; c) a valorização do patrimônio cultural material e imaterial local; d) a pressão da expansão urbana sobre espaços tradicionalmente ocupados pela população nativa (gentrificação); e) o fortalecimento da cidadania cultural.

Tabela 1 – Aspectos populacionais da região

Município	Habitantes		População ocupada
	1991	2010	
Garopaba	9.918	18.138	5.434
Imbituba	30.942	40.170	9.266

Fonte: IBGE, 2010

Tabela 2 – Aspectos socioeconômicos da região

Município	IDHM	Renda per capita mensal por domicílio em reais (mediana)	
		Área rural	Área urbana
Garopaba	0,753	510,00	610,00
Imbituba	0,765	-	593,33
Santa Catarina	0,774	510,00	722,23

Fonte: IBGE, 2010

A fundação destes municípios remonta ao período da transferência dos açorianos para o litoral catarinense e ao estabelecimento das armações baleeiras no século XVIII. As armações baleeiras constituíram-se como o principal empreendimento industrial do período colonial brasileiro no litoral catarinense, e para elas alocou-se a força de trabalho escrava de origem africana, e a presença de seus descendentes é bastante significativa nestes municípios, resultando inclusive no reconhecimento de quilombos na região.

É a partir do final da década de 1970 que estas cidades experimentaram a explosão demográfica, principalmente pela chegada de representantes da contracultura e surfistas, a maior parte provinda do Rio Grande do Sul. Este movimento migratório mais que dobrou a população local entre 1977 e 2014. O intenso crescimento populacional alterou profundamente a paisagem dos municípios, em seus aspectos físicos, urbanos, identitários e de organização social e econômica. De pequena cidade dedicada à pesca artesanal, à agricultura e ao extrativismo da madeira, Garopaba transformou-se em importante balneário turístico e polo de atração populacional. Sua malha urbana passou a se expandir horizontalmente (o Plano Diretor impede a expansão vertical), avançando sobre áreas até então ocupadas por pastagens e cobertura florestal, e seu centro histórico, antiga armação baleeira em torno da qual se espalhou a antiga vila de pescadores com seu casario de arquitetura com base açoriana e ruas estreitas, é hoje alvo do processo de gentrificação.

Já Imbituba é um exemplo clássico de cidade que buscou promover seu desenvolvimento a partir das perspectivas externas e de um discurso de modernidade. Este modelo de desenvolvimento, gerou enormes passivos sociais, ambientais e econômicos, conforme demonstraram Souza (2007), Goularti Filho (2010) e Mombelli (2013). Modelo este atualmente questionado por representantes comunitários, como no caso da comunidade tradicional dos Areais da Ribanceira, discutido por Mombelli (2013), e na proposição de alternativas de desenvolvimento endógenas, como o turismo de esportes aquáticos na Praia do Rosa, e os debates da Agenda 21 na comunidade da Lagoa da Ibraquera, nos quais se discute as possibilidades do turismo comunitário, de base local, na perspectiva da socioeconomia, conforme descrito por Sampaio (2005).

Para além das transformações da paisagem urbana, estão as alterações da paisagem cultural. Saberes e fazeres ligados à ocupação de base açoriana, e às respostas desta aos desafios locais, vão perdendo espaço. Práticas comunitárias como a farinha e a pesca artesanal da tainha, importantes elementos identitários, tornam-se cada vez menos comuns no cotidiano local. A forte imigração de pessoas, notadamente do Rio Grande do Sul, alterou radicalmente a dinâmica do sistema cultural local.

Conforme apontado por Laraia (1986), a mudança cultural pode ser operada por dinâmicas internas e externas. No contexto específico de Garopaba e Imbituba, as dinâmicas externas, representadas neste caso pela explosão demográfica resultante não de um crescimento vegetativo, mas fundamentalmente do movimento migratório, promoveram uma rápida e intensa reconfiguração da paisagem

cultural local a partir da década de 1980, resultando em uma espécie de ruptura entre o cotidiano e as referências simbólicas dos moradores antigos para com as populações recentes, muito mais numerosas, provocando uma espécie de desterritorialização da cultura tradicional.

Naquilo que tange ao patrimônio histórico e cultural de Garopaba, a intensa e recente alteração da paisagem humana local e o processo de gentrificação podem significar a destruição de importantes marcos paisagísticos e simbólicos, bem como a eliminação de saberes, fazeres e sensibilidades tradicionais do município. Isto ocorre não tanto pela irrupção dos recentes elementos culturais exógenos, mas principalmente pela ausência de uma política municipal que garanta o debate permanente e a preservação efetiva do patrimônio cultural local, bem como a inexistência de equipamentos públicos culturais. A cidade não dispõe de uma Secretaria Municipal específica para a cultura e não possui arquivo histórico, museus ou qualquer outra instituição que discuta especificamente as questões pertinentes ao patrimônio histórico e cultural, salvo algumas iniciativas privadas e do terceiro setor, sendo que apenas recentemente o poder público municipal começou a articular os debates em torno da criação de um sistema municipal de cultura.

Quanto ao município de Imbituba, este possui o Museu da Baleia (com uso descontinuado), o prédio da Antiga Usina Termelétrica, cedido para atividades culturais e uma Biblioteca Pública. Já dispõe também de um Conselho Municipal de Cultura em atividade e está construído seu Plano Municipal de Cultura. Entretanto, existem muitas lacunas relacionadas ao patrimônio cultural da cidade, e suas dificuldades não são diferentes daquelas encontradas em Garopaba.

Este contexto impõe a necessidade de ações que promovam a preservação do patrimônio histórico e cultural e o reconhecimento e valorização pela população local deste patrimônio. Dentre estas ações, a educação patrimonial é estratégica, já que promove a “alfabetização cultural”, conforme GRUNBERG (2008), e constitui-se como “instrumento de motivação, individual e coletiva, para a prática da cidadania, o resgate da autoestima dos grupos culturais, e o estabelecimento de um diálogo enriquecedor entre as gerações” (BASTOS, 2007, p. 64).

A educação patrimonial compreende o ensino centrado nos bens culturais (evidências e manifestações de cultura), que propõe desenvolver com crianças e adultos, através da experiência e do contato direto, um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de suas heranças. (GRUNBERG, 2008, p. 37)

Assim, a educação patrimonial contribui significativamente para o exercício da cidadania cultural. SANTOS (2007, p. 157) escreve que “a relação da sociedade com o patrimônio cultural inclui também o exercício da cidadania, ou seja, direitos e deveres.” E ainda,

O processo de educação realizado com base na cultura da comunidade em que a escola está inserida fortalece o sentimento de identidade local e cria mecanismos para que essa comunidade busque alternativas para melhorar sua qualidade de vida. A comunidade se sente capaz de dialogar com o Estado para, juntamente com ele, criar condições de garantir os seus direitos, exercendo plenamente sua cidadania. E em todo esse processo que envolve educação e cultura, a comunidade pode também determinar que bens culturais devem ser eleitos como patrimônio cultural (...).” (SANTOS, 2007, p. 164).

No sentido de discutir e, na medida do possível, atender a estas questões, o Campus de Garopaba do Instituto Federal de Santa Catarina instituiu em 2013 a Comissão de Levantamento e Diagnóstico do Patrimônio Histórico e Cultural da região de sua abrangência. Esta Comissão atuou até o final do ano de 2014, e foi integrada pelos professores Viegas Fernandes da Costa, João Henrique Quoos e Juliani Walotek. Entre outras ações, aplicou em 2014 um questionário junto aos professores da rede municipal de Garopaba a fim de identificar qual a relação que estabelecem com o patri-

mônio cultural do município, qual a representação social que fazem dele, se há trabalhos de educação patrimonial sendo desenvolvidos nas escolas municipais e, no caso de uma resposta negativa, se existe o interesse na temática por parte dos docentes.

O universo da pesquisa foi censitário. No total 110 professores responderam ao questionário, e não se fez distinção entre docentes no exercício do magistério e docentes no exercício de cargos administrativos, bem como não se distinguiu professores específicos para cada campo do saber. A opção justificou-se na compreensão de que a educação patrimonial constitui-se enquanto atividade interdisciplinar, conforme discutido por SANTOS (2007).

A pesquisa apontou a necessidade de se desenvolver atividades e programas de educação patrimonial com os educadores da rede municipal de ensino de Garopaba, bem como atestou o interesse destes educadores neste tipo de atividade. São estes educadores os agentes mais próximos das crianças e, portanto, com maiores possibilidades de promover a alfabetização cultural por meio da educação patrimonial e, assim, contribuir com o processo de construção da cidadania cultural através do reconhecimento e da preservação do patrimônio cultural local.

Ficou demonstrada a dificuldade dos educadores apontarem exemplos de patrimônio cultural e paisagístico locais, assim como o baixo nível de reconhecimento da contribuição e da permanência das culturas dos afrodescendentes e dos pescadores tradicionais na conformação histórico/identitária de Garopaba, bem como de outros grupos, como surfistas e hippies, tão significativos na construção da paisagem social de Garopaba a partir da década de 1980, sendo que as principais referências patrimoniais estão relacionadas ao catolicismo. Seria importante que trabalhos de educação patrimonial com os educadores da rede municipal considerem estas questões, e insiram estas manifestações em suas propostas de trabalho.

Essa dificuldade observada no parágrafo anterior pode estar relacionada ao grande número de professores provindos de outras regiões do país, bem como à carência de materiais que discutam a história e o patrimônio cultural local e à falta de políticas públicas no âmbito do município que incentivem o conhecimento e a valorização do seu patrimônio cultural.

Ao serem questionados do interesse em participar de um curso de Educação Patrimonial, 90% dos entrevistados responderam SIM, indicando este interesse, em detrimento de 10% dos entrevistados que responderam NÃO, indicando desinteresse na participação de um curso nesta proposta. Cabe ressaltar que muitos dos professores entrevistados, atuam também no município de Imbituba, de modo que é possível se depreender interesse por cursos de Educação Patrimonial também entre os profissionais de ensino daquele município.

A oferta de um curso de Formação Continuada em Educação Patrimonial, tendo como público principal profissionais de educação dos municípios de Imbituba e Garopaba, justifica-se na importância deste tipo de formação para a construção da cidadania cultural, no reconhecimento e salvaguarda do patrimônio material e imaterial, no empoderamento das populações locais, e no interesse demonstrado pelos professores da rede pública de Garopaba em participar de um curso deste tipo.

19 Objetivos do curso:

- Contribuir com a formação continuada dos profissionais que atuam na Educação.
- Promover a capacitação dos profissionais da Educação como agentes para a identificação e preservação do patrimônio cultural, por meio de atividades e projetos pedagógicos.
- Refletir sobre os significados do patrimônio cultural, relacionando-os a atividades de cunho pedagógico.
- Fomentar a cidadania cultural no âmbito territorial.

PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

20 Competências gerais: Os egressos do curso de Formação Continuada em Educação Patrimonial estarão capacitados a desenvolver projetos de cunho pedagógico, envolvendo o reconhecimento e a interpretação patrimonial e atividades de conscientização a respeito da importância de se preservar e fomentar o reconhecimento do patrimônio cultural material e imaterial. Serão capacitados também a participar de debates e projetos públicos envolvendo o reconhecimento e o manejo de bens culturais.

21 Áreas de atuação do egresso: Na educação formal em todos os níveis. Em órgãos públicos que discutam questões culturais, bem como museus, arquivos, bibliotecas e equipamentos culturais correlatos. Na educação ambiental.

ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO

22 Matriz curricular:

UNIDADE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA
Patrimônio Cultural Material e Imaterial	15 horas
Patrimônio Natural	12 horas
Roteiros Pedagógicos de Patrimônio Cultural	15 horas
Educação Patrimonial	18 horas
	TOTAL: 60 horas

23 Componentes curriculares:

23.1 Patrimônio Cultural Material e Imaterial

Patrimônio Cultural Material e Imaterial	Unidade Curricular
15h	Carga Horária
Reconhecer o valor e o potencial do patrimônio cultural no âmbito do desenvolvimento sustentável.	Competências
Conhecimentos	
<p>Conceitos de patrimônio material e imaterial. Legislação Patrimonial. História das Políticas de Patrimônio Cultural no Brasil. Patrimônio Cultural Material e Imaterial do Litoral Sul Catarinense. Patrimônio Cultural, Identidade e Desenvolvimento Sustentável.</p>	
Habilidades	
<p>Compreender o patrimônio cultural em suas diferentes temporalidades e contextos. Reconhecer a importância da gestão sustentável do patrimônio cultural no âmbito da educação. Identificar o patrimônio cultural material e imaterial no território de atuação.</p>	
Atitudes	
<p>Ser proativo e dinâmico. Agir com postura profissional. Respeitar as pessoas. Envolver-se na solução de problemas. Trabalhar em equipe (interagir com o grupo, contribuir e trocar experiências). Ser assíduo e pontual nas atividades propostas. Participar nas atividades propostas com motivação.</p>	
Referências	
<p>Bibliografia Básica - BRAYNER, Natália Guerra. Patrimônio cultural imaterial: para saber mais. Brasília: IPHAN, 2007. - FARIAS, Deisi Scunderlick Eloi de (org.). Uma aventura pela história de Garopaba. Palhoça: Ed. Unisul, 2011. - FUNARI, Pedro Paulo & PELEGRINI, Sandra C. A. Patrimônio Histórico e Cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. - TELLES, Augusto Carlos da Silva. Atlas dos monumentos históricos e artísticos do Brasil. Brasília: IPHAN/Monumenta, s/d.</p> <p>Bibliografia Complementar - HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: D&PA, 2005. - LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.</p>	

23.2 Patrimônio Natural

Patrimônio Natural	Unidade Curricular
12h	Carga Horária
Reconhecer o valor e o potencial do patrimônio natural no âmbito do desenvolvimento sustentável.	Competências
Conhecimentos	
<p>Diversidade natural entre aspectos geológicos, do relevo e dos solos. A origem das paisagens. Biopatrimônio e Identidade Especificidades e métodos de trabalho relacionados com o patrimônio geológico e geoconservação. Leitura de mapas de unidades geológicas. Patrimônio Geológico e desenvolvimento sustentável.</p>	
Habilidades	
<p>Compreender os processos naturais associados à Geodiversidade. Reconhecer a importância da gestão sustentável do patrimônio natural e a divulgação do conteúdo cultural no âmbito da educação ambiental. Realizar a leitura de mapas de unidades geológicas destacando suas limitações e potencialidades. Compreender as vulnerabilidades e capacidades de suporte à implantação das diversas atividades antrópicas que dependem dos fatores geográficos.</p>	
Atitudes	
<p>Ser proativo e dinâmico. Agir com postura profissional. Respeitar as pessoas. Envolver-se na solução de problemas. Trabalhar em equipe (interagir com o grupo, contribuir e trocar experiências). Ser assíduo e pontual nas atividades propostas. Participar nas atividades propostas com motivação.</p>	
Referências	
<p>Bibliografia Básica BRADY, Nyle C. Elementos da natureza e propriedades dos solos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. 681 p. CHRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia. São Paulo : Ed. Edgard Blücher, 1980. LEPSCH, I. F. Formação e conservação dos solos. São Paulo; Oficina de Textos. 2002. POMEROL, Charles. Princípios de geologia: técnicas, modelos e teorias. 14. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.1017 p. SILVA, C. R. (Ed.) Geodiversidade do Brasil: conhecer o passado, para entender o presente e prever o futuro. Rio de Janeiro: CPRM, 2008. 264 p</p> <p>Bibliografia Complementar GUERRA, Antonio José Teixeira; MARÇAL, Mônica dos Santos. Geomorfologia ambiental. 6.</p>	

ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 189 p.

GUERRA, Antonio Teixeira; GUERRA, Antonio José Teixeira. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. 9. ed.

CPRM. **Mapa da geodiversidade de Santa Catarina**.

23.3 Roteiros Pedagógicos de Patrimônio Cultural

Roteiros Pedagógicos de Patrimônio Cultural	Unidade Curricular
15h	Carga Horária
Reconhecer o valor e o potencial do patrimônio natural no âmbito do desenvolvimento sustentável. Organizar roteiros culturais, baseados no patrimônio material e imaterial, na perspectiva de turismo de base local;	Competências
Conhecimentos	
Levantamento e análise de informações para a construção de roteiros pedagógicos: gastronômicos, culturais, de experiência. Estudo dos espaços e equipamentos turísticos previstos no roteiro. Condições do meio para a prática segura do guiamento (identificação do grau de dificuldade e acessibilidade). Atrativos turísticos já consolidados na região e suas potencialidades para um roteiro pedagógico.	
Habilidades	
Desenvolver roteiros pedagógicos que incorporem o patrimônio cultural. Reconhecer o patrimônio cultural material e imaterial em suas diferentes manifestações. Desenvolver atividades pedagógicas de reconhecimento do patrimônio cultural no território.	
Atitudes	
Ser proativo e dinâmico. Agir com postura profissional. Respeitar as pessoas. Envolver-se na solução de problemas. Trabalhar em equipe (interagir com o grupo, contribuir e trocar experiências). Ser assíduo e pontual nas atividades propostas. Participar nas atividades propostas com motivação.	
Referências	
Bibliografia Básica	
PIERONI, Gabriela. Engenhos da Cultura: Teias agroecológicas, Florianópolis, Ponto de Cultura	

engenhos de farinha: Cepagro, 2014.

SEABRA, Giovanni (Org.). Turismo de Base local: identidade Cultural e desenvolvimento regional. João Pessoa: Ed.Universitária, UFPB, 2007.

FARIAS, Deisi Scunderlick Eloi de (org.). Uma aventura pela história de Garopaba. Palhoça: Ed. Unisul, 2011.

Bibliografia Complementar

COELHO, Paulo Jorge. Condução de grupos no turismo. São Paulo: Chronos, 2002.

23.4 Educação Patrimonial

Educação Patrimonial	Unidade Curricular
18h	Carga Horária
Reconhecer o valor e o potencial do patrimônio natural no âmbito do desenvolvimento sustentável. Desenvolver atividades pedagógicas interdisciplinares que promovam e discutam o patrimônio cultural material e imaterial.	Competências
Conhecimentos	
Educação patrimonial e cidadania cultural. Educação patrimonial como tema transversal. Experiências em educação patrimonial: estudos de caso. Reconhecimento do patrimônio cultural local. Atividades pedagógicas de educação patrimonial.	
Habilidades	
Reconhecer a importância da educação patrimonial para a construção da cidadania cultural. Discutir os fundamentos teóricos Educação Patrimonial. Identificar o patrimônio cultural material e imaterial em suas diferentes manifestações no território. Desenvolver atividades pedagógicas de Educação Patrimonial.	
Atitudes	
Ser proativo e dinâmico. Agir com postura profissional.	

Respeitar as pessoas.
Envolver-se na solução de problemas.
Trabalhar em equipe (interagir com o grupo, contribuir e trocar experiências).
Ser assíduo e pontual nas atividades propostas.
Participar nas atividades propostas com motivação.

Referências

Bibliografia Básica

- Educação patrimonial: orientações ao professor. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2011.
- PINHEIRO MACHADO, Maria Beatriz. Educação Patrimonial: orientações para professores do ensino fundamental e médio. Caxias do Sul: Maneco Livraria e Editora, 2004

Bibliografia Complementar

- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Fundamentos da Educação Patrimonial. Ciências e Letras, Porto Alegre, n. 27, p. 25-35, jan/jun 2000.
- SILVA, Zélia Lopes da (Org.). Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas. São Paulo. UNESP; FAPESP, 1999

METODOLOGIA E AVALIAÇÃO

24 Avaliação do processo de ensino e aprendizagem:

As avaliações acontecerão em cada unidade curricular sendo organizadas pelo professor responsável. São princípios considerados pela instituição e que devem ser adotados para a organização das avaliações: a) A avaliação será diagnóstica, processual, formativa, somativa, continuada e diversificada. Serão considerados critérios como: Assiduidade, Realização das tarefas, Participação nas aulas, Avaliação escrita individual, Trabalhos em duplas, Colaboração e cooperação com colegas e professores. b) A avaliação se dará durante todos os momentos do processo ensino e aprendizagem, valorizando o crescimento do aluno qualitativa e quantitativamente. Haverá recuperação paralela de conteúdos e avaliações. c) A Avaliação visa à análise da constituição das competências por parte do aluno, previstas no plano de curso.

As funções principais do processo de avaliação são: obter evidências sobre o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias à constituição de competências, visando a tomada de decisões sobre o encaminhamento dos processos de ensino e aprendizagem; analisar a consonância do trabalho pedagógico com as finalidades educativas previstas no Projeto Pedagógico do Curso; estabelecer previamente, por unidade curricular, critérios que permitam visualizar os avanços e as dificuldades dos alunos na constituição das competências. Os critérios servirão de referência para o aluno avaliar sua trajetória e para que o professor tenha indicativos que sustentem tomadas de decisões sobre o encaminhamento dos processos de ensino e aprendizagem e a progressão dos alunos.

Os registros das avaliações são feitos de acordo com uma escala de notas que variam de 0 (zero) a 10 (dez). O registro, para fins de documentos acadêmicos, será efetivado ao final do curso,

apontando a situação do aluno no que se refere à constituição de competências e utilizando-se a seguinte nomenclatura: A - (Apto): quando o aluno tiver obtido as competências; NA - (Não Apto): quando o aluno não tiver obtido as competências.

A partir da avaliação efetuada pelo professor, será realizada uma avaliação final por parte do coletivo dos docentes e com a participação de um representante da Coordenaria Pedagógica, que terá o caráter de avaliação integral do processo didático-pedagógico do curso. Este encontro será realizado no encerramento da totalidade das Unidades Curriculares.

A recuperação de estudos deverá compreender a realização de novas atividades pedagógicas no decorrer do período letivo, que possam promover a aprendizagem, tendo em vista o desenvolvimento das competências. Ao final dos estudos de recuperação o aluno será submetido à avaliação, cujo resultado será registrado pelo professor. Para a aprovação o aluno deverá atingir, no mínimo, 75% de frequência em cada Unidade Curricular, bem como alcançar a nota mínima de 6 (seis) em cada Unidade Curricular.

25 Metodologia:

O curso está estruturado em 04 (quatro) Unidades Curriculares: Patrimônio Cultural Material e Imaterial (15 horas); Patrimônio Natural (12 horas), Educação Patrimonial (18 horas) e Roteiros Pedagógicos de Patrimônio Cultural (15 horas), totalizando 60 horas/aula presenciais. Considerando tratar-se seu público-alvo constituído principalmente por profissionais com atuação na educação, os recursos metodológicos utilizados no curso deverão privilegiar e fomentar a troca de experiências pedagógicas pré-existentes, o conhecimento prévio do território e o diálogo. O curso terá foco no território constituído pelos municípios que integram a área de atuação do IFSC – Campus Garopaba.

A fim de aprofundar o conhecimento do território, e o reconhecimento do patrimônio cultural material e imaterial existente, a Unidade Curricular de Roteiros Pedagógicos de Patrimônio Cultural privilegiará atividades de saídas a campo.

A Unidade Curricular de Educação Patrimonial será ministrada por um professor Licenciado em História e, sempre que possível, por um segundo professor, licenciado em área diversa e com experiência na Educação Patrimonial. Ambos os professores poderão compartilhar a carga horária total da Unidade Curricular (18 horas). A proposta de dois docentes para esta Unidade Curricular justifica-se na necessidade de se fomentar debates interdisciplinares, e no aspecto operacional da UC, haja vista focar-se na construção de propostas pedagógicas que envolvam a educação patrimonial.

A Unidade Curricular de Patrimônio Natural será ministrada por um professor Licenciado em Geografia e, sempre que possível, por um segundo professor, licenciado em área diversa e com experiência em educação ambiental e meio ambiente. Ambos os professores poderão compartilhar a carga horária total da Unidade Curricular (12 horas). A proposta de dois docentes para esta Unidade Curricular justifica-se na necessidade de se fomentar debates interdisciplinares, e na complexidade do conceito de paisagem, que envolve diferentes aspectos sociais, físicos e ambientais, bem como das possibilidades do biopatrimônio.

Para atender aos objetivos do curso, serão utilizados recursos de multimídia disponíveis no Campus, biblioteca e os recursos físicos e de tecnologia da informação já disponíveis no Campus Garopaba.

O curso promoverá, através de planejamento dos professores das respectivas Unidades Curriculares, encontros pedagógicos entre os alunos e atores do território, a fim de se debater o patrimônio cultural da região e fortalecer os processos para a cidadania cultural.

ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA FUNCIONAMENTO DO CURSO

26 Instalação e ambientes físicos / Equipamentos, utensílios e materiais necessários para o

pleno funcionamento do curso:

- Sala de aula com capacidade para 30 alunos e conexão com Internet.
- Equipamento multimídia.
- Biblioteca escolar.
- Ônibus para transporte de alunos.

27 Corpo docente necessário para funcionamento do curso:

27.1. Corpo Docente

Nome	Formação	Titulação
Viegas Fernandes da Costa	Licenciado em História	Especialista em Estudos Literários
Juliani Brignol Walotek	Graduada em História	Mestre em História Cultural
João Henrique Quoos	Licenciado em Geografia	Mestre em Geografia
Elisa Serena Gandolfo Martins	Licenciada em Ciências Biológicas	Mestre em Biologia Vegetal

Parte 3 (autorização da oferta)

28 Justificativa para oferta neste Campus:

Conforme já apresentado no item 18 deste Projeto, o Campus Garopaba instituiu, em 2013 a Comissão de Levantamento e Diagnóstico do Patrimônio Histórico e Cultural da região de sua abrangência. Esta Comissão atuou até o final do ano de 2014, e foi integrada pelos professores Viegas Fernandes da Costa, João Henrique Quoos e Juliani Walotek. Entre outras ações, aplicou em 2014 um questionário junto aos professores da rede municipal de Garopaba a fim de identificar qual a relação que estabelecem com o patrimônio cultural do município, qual a representação social que fazem dele, se há trabalhos de educação patrimonial sendo desenvolvidos nas escolas municipais e, no caso de uma resposta negativa, se existe o interesse na temática por parte dos docentes. Parte dos resultados deste trabalho foram publicados no artigo de “O patrimônio cultural de Garopaba (SC) na percepção dos professores da rede pública municipal de ensino”, disponível em: II Seminário Internacional História do Tempo Presente, 2014, Florianópolis. Anais do II Seminário Internacional História do Tempo Presente. Florianópolis, 2014. p. 1-16.

Participaram da pesquisa 110 profissionais da rede municipal de Garopaba.

O resultado apontou a necessidade de se desenvolver atividades e programas de educação patrimonial com os educadores da rede municipal de ensino de Garopaba, bem como atestou o interesse destes educadores neste tipo de atividade.

Ao serem questionados do interesse em participar de um curso de Educação Patrimonial, 90% dos entrevistados responderam SIM, indicando este interesse, em detrimento de 10% dos entrevistados que responderam NÃO, indicando desinteresse na participação de um curso nesta proposta (figura1). Cabe ressaltar que muitos dos professores entrevistados, atuam também no município de Imbituba e Paulo Lopes, de modo que é possível se depreender interesse por cursos de Educação Patrimonial também entre os profissionais de ensino destes municípios.

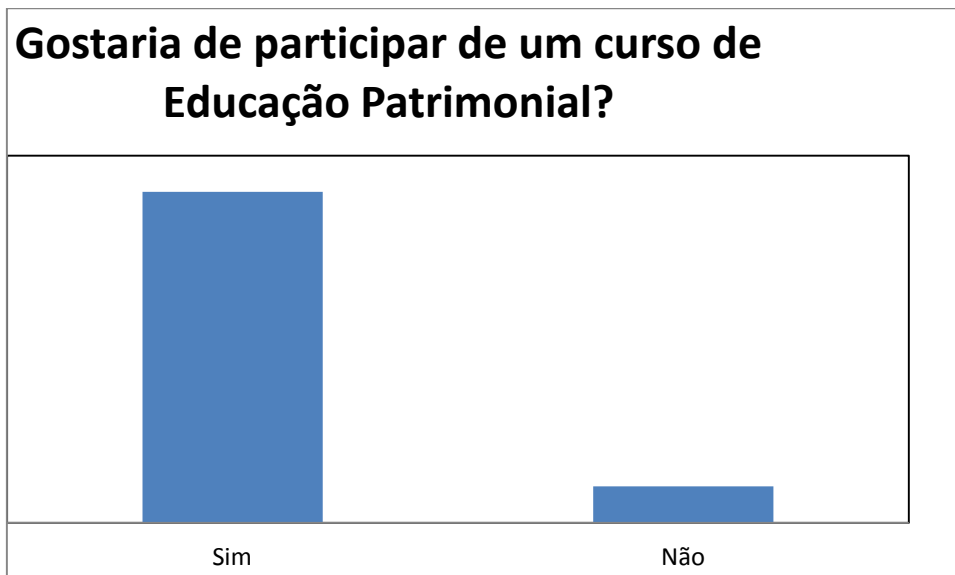


Figura 1

O Campus Garopaba já dispõe também da estrutura física e docente necessária para a oferta do curso de Formação Continuada em Educação Patrimonial, e desde 2013 vem realizado uma série de projetos de extensão e de pesquisa envolvendo aspectos do patrimônio cultural e natural. Assim, a oferta do curso otimiza a estrutura já existente, bem como agrega às atividades de ensino os conhecimentos e experiências construídos a partir das atividades de extensão e de pesquisa, contribuindo para o fomento da cidadania cultural e para o aperfeiçoamento dos docentes da região.

29 Itinerário formativo no contexto da oferta/campus:

Trata-se de um curso de Formação Continuada, que atenderá especialmente aos professores e demais profissionais da educação, atendendo ao disposto na legislação e na missão do IFSC na medida em que se enquadra como um curso de Formação de Formadores. Na realidade do Campus Garopaba, insere-se no Eixo de Turismo. Os professores que atuarão neste curso já lecionam no curso técnico em Guia de Turismo Regional e no curso FIC de Conductor Ambiental Local de Garopaba e Imbituba. Egressos destes cursos constituem-se também como público-alvo do curso de Formação Continuada em Educação Patrimonial.

30 Frequência da oferta:

O curso poderá ser ofertado a qualquer tempo, observada a demanda social.

31 Periodicidade das aulas:

As aulas acontecerão semanalmente (1 (um) encontro equivalente a 3 (três) horas/aula. A unidade Curricular de Roteiros Pedagógicos de Patrimônio Cultural realizará suas saídas de campo aos sábados, conforme agendamento a ser realizado pelo professor da UC.

32 Local das aulas:

Campus Garopaba do Instituto Federal de Santa Catarina.

33 Turno de funcionamento, turmas e número de vagas:

SEMESTRE LETIVO	TURNO	TURMAS	VAGAS	TOTAL DE VAGAS
A qualquer tempo	Noturno	1	30	30

34 Público-alvo na cidade/região:

- Professores e demais profissionais de ensino das redes públicas e privada com atuação nos municípios atendidos pelo IFSC – Campus Garopaba.
- Educadores Ambientais.
- Educadores Sociais.
- Condutores Ambientais.
- Guias de Turismo.
- Servidores Públicos com atuação em órgãos culturais.
- Trabalhadores com atuação nos diferentes setores da economia criativa.

35 Pré-requisito de acesso ao curso:

- Ensino Fundamental completo.

36 Forma de ingresso:

O ingresso acontecerá por meio de sorteio público. Professores e demais profissionais de ensino das redes públicas e privada com atuação nos municípios atendidos pelo IFSC – Campus Garopaba representam público prioritário. Assim, as vagas destinam-se preferencialmente aos candidatos escolhidos em sorteio público que se enquadram neste perfil. As vagas remanescentes, quando houver, serão distribuídas entre os demais candidatos, respeitada a ordem do sorteio público.

37 Corpo docente que irá atuar no curso:

- Prof. Viegas Fernandes da Costa: Professor de História. CH: 40 horas. C. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7212932494806573>
- Prof. Juliani Brignol Walotek. Professora de Guiamento de Turismo. CH. 40 horas. C. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9897335494846874>
- Prof. João Henrique Quos. Professor de Geografia. CH. 40 Horas. C. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7196463042755225>
- Prof. Elisa Serena Gandolfo Martins. Professora de Meio Ambiente. CH. 40 Horas DE. C. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4380782050015203>

38 Referências Bibliográficas

Bastos, Rossano Lopes. O papel da arqueologia no desenvolvimento regional. In. **Oliveira**, Ana Paula Loures de (org.) **Arqueologia e patrimônio da Zona da Mata Mineira**: Carangola. Juiz de

Fora (MG): MAEA/UFJF, 2008, p. 7-17.

Funari, Pedro Paulo, Peligrini, Sandra de Cássia Araújo. Patrimônio histórico e cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

Goularti Filho, Alcides. O porto de Imbituba na formação do complexo carbonífero catarinense. **Revista de História Regional**, v. 15, n. 2, 2010, p. 235-262.

Grunberg, Evelina. Educação patrimonial: trajetórias. In. BARRETO, Euder Arrais et. al. (orgs.). **Patrimônio Cultural: artigos e resultados.** Goiânia: UFG, 2008, p. 37-41.

Horta, Maria de Lourdes Parreiros. Educação Patrimonial. In. BARRETO, Euder Arrais et. al. (orgs.). **Patrimônio Cultural: artigos e resultados.** Goiânia: UFG, 2008, p. 15-21.

Laraia, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico.** Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

Mombelli, Raquel. Comunidade tradicional dos Areais da Ribanceira, Imbituba (SC): desenvolvimento, territorialidade e Construção de direitos. **Estudos Sociológicos**, v. 18, n. 35, 2013, p. 325-345.

Sampaio, Carlos Alberto Cioce. **Turismo como fenômeno humano: princípios para se pensar a socioeconomia e sua prática sob a denominação do turismo comunitário.** Santa Cruz do Sul (RS): Edunisc, 2005.

Santos, Camila Henrique. Educação Patrimonial: uma ação institucional e educacional. In: IPHAN. **Patrimônio: práticas e reflexões.** v 1. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007, p. 147-172.

Velho, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. **MANA**, v. 12, n. 1, 2006, p. 237-248.